



## **A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E A EDUCAÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, UM ESTUDO COMPARADO NAS CIDADES DE RECIFE-PE E JABOATÃO-PE**

CARNEIRO, Taciana Cristina da Silva; DORNELAS, Marcos Aurélio.

Universidade Federal de Pernambuco, [tacianacscarneiro@gmail.com](mailto:tacianacscarneiro@gmail.com);

Arquivo Público de Pernambuco, [madornelas@gmail.com](mailto:madornelas@gmail.com)

**Resumo:** As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços diferenciados, que vem sendo implantadas em escolas com a finalidade de auxiliar os estudantes com necessidades especiais, oportunizando o trabalho especializado para atender suas limitações. O aluno para desenvolver as atividades deve ter apoio pedagógico, material didático, tecnologias assistivas e um ambiente no qual possa desempenhar suas rotinas. Mas esse atendimento específico está disponível em todas as unidades educacionais? Quando não há, qual o impacto disto nos discentes que precisam desse atendimento? Por outro lado, quando há o atendimento especializado, qual o seu papel na inclusão de alunos portadores de deficiência? O Objetivo deste trabalho é compreender como funcionam as atividades de aprendizagem, socialização e inclusão no contexto escolar dos alunos especiais, verificando se a sala de recursos tem impacto no aprendizado dos discentes que de fato necessitam dela. Nossa estratégia de trabalho é comparativa: coletamos dados em duas escolas municipais que atendem jovens e crianças especiais, numa delas há sala de recursos multifuncionais e na segunda unidade escolar não há esse espaço. Observamos que a Sala de recursos é bastante importante para o aprendizado dos discentes, mas outros fatores continuam importantes: a inserção da família no espaço escolar, a formação continuada e a integração das atividades dos profissionais da educação presentes na escola.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Sala de Recursos, Aprendizagem.

### **Introdução**

O sistema educacional em nosso país tem sofrido mudanças para atender as dificuldades, no que diz respeito a pluralidade da condição humana em nossa sociedade. A Educação Especial passou por um longo processo, até chegar no formato que temos hoje, no qual, crianças, jovens e adultos que precisam de Atendimento Educacional Especializado (AEE), têm oportunidade de se matricular em escolas regulares por todo o país.



Historicamente, a educação em nosso país era considerada privilégio de um grupo, assim outros grupos que fugiam dos padrões ditos “normais” da sociedade eram excluídos. Para atender a esses grupos, surge ainda no período Imperial no Brasil a educação especial<sup>1</sup>. Foram fundados os primeiros institutos que dedicava o ensino apenas as pessoas “doentes”, como eram vistas a pessoa com deficiência pela sociedade na época. Exemplos são, o Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 1854, atualmente conhecido como Instituto Benjamim Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, de 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos localizados no Rio de Janeiro. Os Institutos, entretanto, não ofereciam em seu ensino uma proposta pedagógica, definiam suas práticas escolares de acordo com testes clínicos para os estudantes que apresentasse alguma deficiência, ou seja, não havia uma proposta de igualdade no sistema de ensino. (FIGUEIRA, 2009)

Até a metade do século XX a tônica ainda era a segregação, havia educação institucionalizada para os deficientes, mas ela se fazia em espaços separados dos alunos ditos normais. Será apenas a partir dos anos 1950 que toma forma um movimento contra a segregação em defesa da integração dos portadores de deficiência. Segundo essa perspectiva, cabe a estas pessoas o esforço para conseguir sua adaptação ao meio social que vive. Esse tipo de pensamento será superado a partir da noção de inclusão. Se a perspectiva da integração partia da necessidade das pessoas se adaptarem as instituições e relações sociais buscando por si superar suas deficiências, no caso da inclusão parte-se do ponto de vista contrário, no qual é papel das instituições se adaptarem as pessoas com necessidades diferenciadas. Contribuíram para essa mudança de paradigma os movimentos sociais dos anos 1960, a pressão pela criação de políticas que garantissem direitos a pessoas portadoras de deficiência além do acúmulo de pesquisas que comprovavam que havia formas de ensinar pessoas que até então eram consideradas incapazes de aprender. (MENDES, 2006).

Em termos teóricos a noção de inclusão já estava relativamente consolidada, faltava políticas públicas e leis que dessem conta nas necessidades educacionais. Foi apenas a partir da Constituição Federal de 1988, portanto mais de cem anos depois, das primeiras escolas no Brasil, que houve o início de uma organização voltada para educação especial em nosso país. A Carta Magna institui no art.3º, inciso IV, como objetivos fundamentais da nação, “promover o bem de

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar, entretanto, que mesmo esses colégios atendiam a elite, visto que a educação regular não estava disponível para grande parte da população.



todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). No mesmo texto, se define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (IDEM, IDEM)

Sendo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola um dos pilares de uma educação inclusiva, no que se refere especificamente ao atendimento especializado, é dever do Estado garantir a educação aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208 incisos III). (BRASIL, 1988)

O AEE tem suas atividades voltadas para atender de modo particular as especificidades de cada aluno. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o documento maior da organização educacional no Brasil, trata de modo específico desta questão quando assegura o mesmo direito dispensado a todos os estudantes especiais, acrescenta ainda que o atendimento educacional especializado, “será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (BRASIL, 1996)

Ainda tratando do atendimento especializado, o Decreto 7611/2011, por sua vez estabelece o compromisso aos estudantes que apresentem algum tipo de deficiência garantindo educação ao público-alvo da educação especial, com o objetivo de eliminar as barreiras com serviços de apoio especializado. O atendimento educacional especializado tem por desígnio prover condições de acesso que garantam aos estudantes a participação, aprendizagem no ensino regular com apoio especializado de acordo com as necessidades de cada aluno. (BRASIL, 2011) O diferencial do referido Decreto é discriminar como este atendimento será realizado, especificando o que é e como deve ser utilizada a sala de recursos, “As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2011).

Neste sentido, vêm sendo implantada nas escolas por ação do Ministério da Educação em parceria com os municípios e estados, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs). Estes espaços são especiais, porém, não excluem o aluno com necessidades especial do convívio dos demais alunos da escola. O AEE tem como finalidade auxiliar os estudantes com necessidades especiais, oportunizando o trabalho especializado para atender suas limitações, de acordo com a deficiência. O



aluno para desenvolver as atividades deve ter apoio pedagógico, material didático, tecnologias assistivas e um ambiente no qual possa desempenhar suas rotinas.

Mas esse atendimento específico está disponível em todas as unidades educacionais? Quando não há, qual o impacto disto nos discentes que precisam desse atendimento? Por outro lado, quando há o atendimento especializado, qual o seu papel na inclusão de alunos portadores de deficiência? O Objetivo deste trabalho é compreender como funcionam as atividades de aprendizagem, socialização e inclusão no contexto escolar dos alunos especiais, verificando se a sala de recursos tem impacto no aprendizado dos discentes que de fato necessitam dela. Nossa estratégia de trabalho é comparativa: coletamos dados em duas escolas municipais que atendem jovens e crianças especiais, numa delas há Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs) e na segunda unidade escolar não há esse espaço.

## **Metodologia**

O levantamento de dados qualitativos foi realizado por meio de duas estratégias: pesquisa semiestruturada e observação de campo. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os profissionais da educação nas escolas objeto de estudo. A observação buscou privilegiar as relações docente e discente em sala de aula.

Sendo a pesquisa comparativa, no qual buscamos verificar o impacto da sala de recursos na aprendizagem dos alunos especiais, escolhemos duas escolas municipais, uma em Recife e outra na Cidade vizinha de Jaboatão. As escolas têm entre suas diferenças a que mais importa para este levantamento de dados: a unidade da capital possui uma sala de recursos, enquanto a unidade escolar de Jaboatão não possui esse recurso, apesar de possuir uma infraestrutura maior.

O Colégio Municipal localizado em Jaboatão dos Guararapes, tem sessenta e oito funcionários e funciona em modalidade integral, atendendo ao Ensino Fundamental I e II. Em termos infraestruturais, conta com dezesseis salas, sala da direção, sala de professores, laboratório de informática, quadra de esportes coberta, cozinha, biblioteca, banheiro dentro do prédio, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, auditório e pátio coberto.



A Escola Municipal na cidade do Recife está localizada no bairro da Várzea, a estrutura é de pequeno porte: tem quatro salas, aproximadamente trinta funcionários, sala de informática, Sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado, cozinha e biblioteca. Chama atenção o fato de que os sanitários da unidade escolar estão localizados em um prédio separado do principal, sendo um deles adaptado.

Foram realizadas observações na rotina da Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs), para que pudéssemos verificar se o que preconiza a legislação é aplicado no contexto observado. A sala de recursos implantada na Unidade objetiva, de modo simples, atender o aluno especial que frequenta o sistema regular de ensino, no sentido de desenvolver e/ou completar o conhecimento desde discente.

## **Resultados e Discussão**

À primeira vista, a inclusão parece ser realizada, conforme preconizado na legislação na unidade escolar de Jaboatão. Afinal, há um profissional dedicado<sup>2</sup> a promover a inclusão de cada um dos alunos especiais com as suas respectivas turmas.

Porém, no tocante ao planejamento didático, e a execução pedagógica, fatores essenciais para concretizar a inclusão dos alunos especiais fica a cargo de estudantes de ensino superior incompleto, contratados em caráter temporário pelo Município. Esta é uma prática comum nas redes municipais.

Observou-se problemas no planejamento pedagógico e na formação continuada. Numa das salas observadas uma professora reconheceu as dificuldades<sup>3</sup>, que segunda informa, aliadas a falta de ferramentas didática específicas, dificultam o trabalho pedagógico particular que deveria ser dispensado as pessoas portadoras de deficiência.

Como citamos em nosso texto, O Decreto 7611/2011 prevê o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em sala de recursos multifuncionais para que o atendimento possa ser

---

<sup>2</sup> De acordo com a Lei 9394/96, Cap. V artigo 3º, faz-se necessário “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL,96).

<sup>3</sup> Questionada indiretamente sobre as formações continuadas, fornecidas pelo Município referentes a esse tema, a professora da sala informou que não houve formação sobre este tema. E mais, durante este primeiro semestre do ano letivo de 2016 ainda não houvera nenhuma formação para os professores sobre qualquer tema.



realizado de acordo as necessidades de cada estudante, todavia, a escola observada não disponibiliza este tipo de espaço. Algumas das profissionais que acompanham os discentes especiais realizam o atendimento aos alunos na biblioteca da unidade. Isto traz um aspecto positivo, uma vez que aproxima os discentes desse espaço tão importante quanto pouco frequentado nas escolas. Entretanto, representa uma precarização em relação ao trabalho que pode ser realizado numa sala especial.

Um fator positivo a destacar é a integração entre os profissionais da educação em sala de aula. As atividades voltadas aos discentes especiais, na maioria das vezes precisam ser adaptadas. Para que isso aconteça, é necessário que o estagiário que acompanha os alunos especiais tenha acesso ao planejamento das atividades de modo prévio. No caso observado, há a integração que permite os ajustes necessários para que as atividades correspondam às necessidades dos discentes com algum tipo de deficiência.

Na escola localizada no Recife, há uma bem equipada sala de recursos. Tomamos como parâmetro a lista de equipamentos e materiais didáticos pedagógicos do ano de 2013 do Documento orientador do Programa Implantação de salas de recursos multifuncionais do MEC, dos equipamentos dispostos no documento estão presentes quase todos.

Estão matriculados na escola vinte e cinco discentes com algum tipo de deficiência, constituindo o público da sala de recursos. Este número sempre é parcial, as profissionais da educação em parceria com psicólogas avaliam constantemente discentes que podem ser inseridos no atendimento especial.

O atendimento na sala de recursos acontece todos os dias da semana, com hora marcada para cada um dos discentes, cada atendimento dura certa de uma hora. A sala funciona nos turnos da manhã, tarde e noite, tendo uma profissional responsável em cada um dos horários. Cabe ressaltar que no horário da noite são atendidos alunos da Educação de Jovens e Adultos-EJA.

Em nossas visitas ficou claro que há algumas dificuldades que os profissionais precisam lidar. A principal delas nos parece ser a falta de acompanhamento das famílias em relação ao trabalho com as crianças. Um exemplo disso, é a resistência dos responsáveis em levar as crianças para a escola fora do horário regular. Segundo a profissional que nos acompanhou na visita a escola, o horário em contraponto<sup>4</sup> é ideal para que o estudante que usa a sala de recursos frequente a aula regular em um turno e tenha atendimento específico em outro turno. Tal atendimento, como nos

---

<sup>4</sup> O que a profissional chama de horário em contraponto diz respeito ao discente do turno da manhã que vai na tarde, e portanto, está em seu horário de contraponto, o mesmo acontece quando o discente da tarde vai no turno matutino.



referimos, é prejudicado pela resistência dos familiares em fazer os alunos comparecerem no horário extra, que infelizmente é considerada por alguns familiares como desnecessária.

Um dos entraves no que se refere ao ensino e a aprendizagem é a falta de contato entre o profissional que trabalha na sala de recursos e o professor regular. Ou seja, nem sempre está claro o que vem sendo trabalhado em sala para que o profissional que trabalha de forma específica possa preparar a sua aula. O que pode indicar, ao nosso ver, que não há acesso ao planejamento anual dos profissionais regulares por parte dos professores que acompanham os discentes especiais nas salas de recursos.

Tivemos a oportunidade de acompanhar atendimentos na sala de recursos, num deles, a profissional responsável utilizou um material chamado *Sons e gestos que alfabetizam*, tal instrumento vale-se do método fonético, que relaciona o som das vogais com gestos. Pudemos perceber que, de fato, assimilando o som de determinado objeto com o fonema das letras, as crianças juntam as sílabas e conseguem formar palavras. Entretanto, para além das tecnologias utilizadas, observamos que principalmente a dedicação dos profissionais faz toda diferença no desenvolvimento das crianças.

A mesa interativa é outro instrumento bastante interessante, nela é possível trabalhar, com números, cores, tamanho, agilidade, percepção, coordenação motora. Mais que um instrumento de acesso ao conhecimento, a mesa interativa se constitui, quando bem direcionado, uma maneira de aprendizado socializado, uma vez que os discentes podem construir conhecimentos.

Destacamos que se comprova a importância da sala de recursos para o atendimento especializado. A escola que possui esse instrumento de trabalho consegue realizar um trabalho excelente com os discentes e potencialmente, pode alcançar ótimos resultados em termos de aprendizagem. Por outro lado, a falta de apoio de parte das famílias das crianças especiais é um empecilho importante, que aliado as dificuldades de integração no trabalho entre as profissionais da sala de recursos em relação as professoras regulares, constituem os entraves verificados na unidade escolar visitada na cidade do Recife.

O que nos permite indicar que haver um bom e bem operado aparato tecnológico coerente com as propostas pedagógicas mais modernas pode ser considerada condição eficiente para um aprendizado, ou seja, um dos fatores importantes, mas parece não ser causa suficiente e muito menos condição necessária para o aprendizado.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Halfpenny, nos lembra que “uma condição necessária para um evento é a que sempre ocorre quando o evento ocorre, enquanto uma condição suficiente é a que quando ocorre o evento ocorre também.” (HALFPENNY, 1996, p.66) A palavra *sempre*, na condição necessária, implica dizer que sem ela, o evento não ocorre. No caso observado, a



Para esse argumento corroboram os fatos observados na unidade escolar em Jaboatão. Lá, falta capacitação dos profissionais, falta também um espaço dedicado especialmente para o aprendizado dos alunos algum tipo de deficiência. Entretanto, o trabalho é realizado, tanto quanto na unidade na cidade do Recife, de maneira séria pelas profissionais. O fato de haver maior integração entre as profissionais deve ser um fator a se destacar. Porém, mesmo nesse caso, não temos uma situação confortável, fica claro que não ter uma boa estrutura tem seus problemas.

## **Conclusões**

O objetivo nesse trabalho foi verificar o impacto da sala de recursos para a educação especial. Para tanto, realizamos uma pesquisa comparativa entre duas unidades escolares, numa havia a referida sala de trabalhos específicos e na outra unidade não havia este espaço. Pudemos observar que ter este espaço específico, que na unidade observada era bem estruturado e bem dirigido, é importante para a aprendizagem dos alunos, mas há outros fatores que implicam uma boa aprendizagem dos discentes que não podem ser negligenciados.

Concluimos, portanto, verificando que ao menos quatro fatores são importantes para o bom aprendizado das crianças e jovens com necessidades especiais nos casos observados: integração entre profissionais da escola, existência e uso de sala de recursos, formação continuada e boa interação entre família e escola.

---

tecnologia disponível não é fator necessário, pois o aprendizado ocorre sem ela, mas é, sem dúvida uma condição eficiente importante.





## Referências Bibliográficas

BRASIL, DOCUMENTO ORIENTADOR PROGRAMA IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS. MEC 2013.

BRASIL, Constituição Federal. 1988.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). (Acessado em 26.06.2016)

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) (Acessado em 26.06.2016)

BRASIL, Decreto 7611. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) (Acessado em 26.06.2016)

FIGUEIRA, Emilio. Caminhando em silêncio. Giz Editorial: São Paulo 2009

HALFPENNY, Peter. **Causalidade**. IN. Outhwaite, William; Bottomore, Tom. (org) Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996

MENDES, E. G.. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil, Revista Brasileira de Educação, 11(33), 387-405. 2006.